



## Cidades Resilientes como caminho e investimento para mitigar situações de crise

Jornal da Universidade / 22 de maio de 2024

### Artigo | Rodrigo Carelos de Azeredo, mestrando em Arquitetura, reflete sobre como o conceito de resiliência pode ajudar a delimitar estratégias e políticas públicas claras em momentos de desastres ambientais

\*Foto: Flávio Dutra/JU

Segundo o censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as concentrações urbanas abrigam atualmente 61% da população brasileira. Esses indivíduos experienciam a cidade e, sobretudo, presenciam as catástrofes de maneira distinta à medida que observamos recortes de gênero, cor e renda. Desse modo, quando testemunhamos eventos extremos, a exemplo das intensas chuvas registradas no Rio Grande do Sul, torna-se latente pensar as cidades à luz de sua capacidade de resiliência abrangendo as particularidades de distintos grupos sociais e culturais com a finalidade de produção de um tecido urbano menos desigual.

À luz desse tema, o Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres elaborou a iniciativa “Construindo Cidades Resilientes”. Iniciada em 2010 e renovada até 2030, essa ação propõe a formulação de planos de atuação e aprimoramento da resiliência urbana com a finalidade de delimitar estratégias e políticas públicas claras para momentos de tensão social ocasionados em virtude de desastres ambientais.

Segundo a ONU Habitat, “a resiliência urbana é a capacidade mensurável de qualquer sistema urbano, com seus habitantes, de manter a continuidade através de todos os choques e tensões, enquanto adapta-se e transforma-se positivamente em direção à sustentabilidade. Uma cidade resiliente avalia, planeja e age para preparar e responder a desastres – naturais e provocados pelo homem, repentinos e graduais, esperados e inesperados – a fim de proteger e melhorar a vida das pessoas, garantir ganho de desenvolvimento, proporcionar um ambiente de investimento, e promover mudanças positivas.”

O Governo Federal, nesse sentido, orienta que os municípios brasileiros adiram à iniciativa mencionada como forma de se prepararem para possíveis situações hostis às cidades. Contudo, mesmo com o agravamento das projeções climáticas e da ocorrência de fenômenos mais intensos e frequentes, a última atualização divulgada pelo ministério responsável apresenta apenas 337 municípios inscritos em um universo de 5.565. Ainda, nota-se uma queda, até o presente momento, em relação às 1.078 cidades vinculadas ao programa entre 2010 a 2020.

Ao dissertar sobre esse conteúdo, Talita Gantus-Oliveira salienta a multidisciplinaridade necessária para a compreensão do arcabouço teórico contido no tema em questão. Com isso, propõe uma abordagem menos vinculada a uma lógica desenvolvimentista financeira e, em contrapartida, oferece uma análise ao encontro de um ecossistema resiliente que abarque a sociedade, o sistema natural e o sistema construído.

Esse pensamento estrutura três parâmetros, em um primeiro momento a resposta ao distúrbio, em seguida a capacidade de se auto-organizar e, por fim, a capacidade de aprender e se adaptar. Nesse sentido, convém salientar o último fundamento ao passo do que experienciamos como decorrência dos desastres verificados em 461 municípios gaúchos no outono de 2024.

Ao refletirmos, em particular, a respeito da capital gaúcha, Porto Alegre, a tecnologia para redução de riscos foi integrada no planejamento urbano após as cheias de 1941, mesmo que de forma limitada. Durante a década de 1970, tal agenda não possuía visibilidade. Contudo, à época, o Sistema de Proteção Contra Cheias foi um projeto importante na estrutura para mitigação a desastres. Esse abrange as casas de bombas para conter as águas do lago Guaíba, comportas, e um sistema de diques materializado de forma marcante no Muro da Mauá.

O município desfruta de um qualificado debate acadêmico, em virtude das instituições de ensino superior presentes na cidade, e conta com uma sociedade civil organizada em prol de um envolvimento participativo. Apesar disso, foi somente na segunda década dos anos 2000 que Porto Alegre iniciou um diálogo com intuito de orientar os diversos níveis de governança, as redes comunitárias e os setores empresariais a promover discussões que articulem, de forma complementar, iniciativas que abranjam distintos campos do conhecimento, com o objetivo de reduzir o impacto à população em face de situações de risco.

Essa interação teve como fruto a estruturação das Estratégias de Resiliência de Porto Alegre. Esse documento propõe uma visão ampla em relação não somente a questões de engenharia, mas adiciona ao debate iniciativas que ativam a economia de regiões centrais, a exemplo do Quarto Distrito, o fortalecimento da operacionalidade da Defesa Civil, como também o foco para ações de resiliência no Orçamento Participativo.

*A vinculação da cidade à iniciativa “Construindo Cidades Resilientes”, todavia, não significou uma efetiva resposta ao principal risco estabelecido para a capital, a inundação. Com isso, após 83 anos não somente o centro da metrópole sofreu com as águas, mas também bairros da região sul e norte, além dos acessos por vias terrestres e aéreas, culminando, no limite, com o desabastecimento de água em parte da cidade. Dessa forma, presenciemos consecutivas falhas nos planos de contingenciamento o que expôs a população, sobretudo os vulneráveis, de forma sem precedentes.*

Por fim, vale adicionar que o conceito de resiliência não é passível de ser mensurado. Contudo, a vulnerabilidade a que a população está exposta é estabelecida como a variável a ser aferida. Essa é expressa em indicadores censitários, a exemplo da renda, do acesso ao saneamento, e da faixa etária de determinada população, indícios que permeiam os alagamentos dos bairros Sarandi e Humaitá.

Debater uma cidade resiliente tem como objetivo compreender as problemáticas que abarcam esse conceito e a pluralidade de disciplinas que dialogam com o mesmo. No entanto, para além de titulações institucionais, cabe salientar a complexidade do ambiente urbano e a necessária transversalidade que as políticas públicas devem abranger de forma contínua para que o impacto em virtude de desastres a população, intensificados pela emergência climática, seja mitigado, compreendido e incorporado ao planejamento e governança.

Rodrigo Carelos de Azeredo é arquiteto e urbanista e mestrando do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da UFRGS.

*“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”*

### Posts relacionados



Desafios da comunicação de risco em desastres



O sistema de proteção contra inundações de Porto Alegre



Carta aos leitores | 05.06.24



Receita catastrófica: desmonte do Estado com mudanças climáticas

### INSTAGRAM

jornaldauniversidadeufrgs  
@jornaldauniversidadeufrgs

Follow

### REALIZAÇÃO

JORNAL DA UNIVERSIDADE

UFRGS  
SECOM

UFRGS

### CONTATO

Jornal da Universidade  
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8. andar | Câmpus Centro | Bairro Farroupilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP: 90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br

View on Instagram